



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **REQUERIMENTO N° (Da Sra. Deputada Érika Kokay)**

Requer que seja criada uma comitiva de membros desta Comissão Especial (PL nº 9.463/2018 – Desestatização da Eletrobrás), a fim de visitar o Tribunal de Contas da União (TCU) e obter informações acerca do evento *Diálogo Público - Privatização da Eletrobras: Repercussões setoriais para a modicidade tarifária e modelagem societária*, agendado para o próximo dia 27 de março.

Senhor Presidente:

Requeiro, com base no artigo 117, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja criada uma comitiva de membros desta Comissão Especial (PL nº 9.463/2018 – Desestatização da Eletrobrás), composta por critérios proporcionais, para visitar, *in loco*, o Tribunal de Contas da União (TCU) e obter informações acerca do evento *Diálogo Público – Privatização da Eletrobras: Repercussões setoriais para a modicidade tarifária e modelagem societária*, a ser realizado no próximo dia 27.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Da análise das informações oferecidas oficialmente, em que se descreve o formato do evento, percebe-se que todo o *Diálogo Público* foi todo construído em torno do pressuposto, da premissa de que a privatização da Eletrobrás acontecerá. E mais, já se antecipa o tipo de formato que essa privatização terá.

Ora, este Congresso, até o momento, foi apenas provocado a debater o assunto. A apresentação de um projeto de lei, seja de quem for a autoria, não garante sua aprovação. O PL nº 9.463/2018 apenas deu o pontapé inicial na discussão que o Parlamento deverá travar sobre a questão. E o mais grave: a discussão sobre a proposta sequer começou. Veja que, até o momento em que este requerimento foi elaborado, nossa Comissão Especial, instituída para debater o assunto,

sequer teve conhecimento do plano de trabalho do relator, não realizou nenhuma audiência pública, não discutiu a matéria; enfim, não produziu nenhum ato voltado a formar a convicção de seus membros. Convicção que será manifestada, ainda em data incerta, no momento da votação do parecer, que pode, é bom dizer, levar o projeto à rejeição.

Desse modo, vejo com preocupação a realização de um debate público, promovido por um órgão auxiliar deste Congresso, considerando uma premissa equivocada: a aprovação da privatização. A confirmação (ou não) da privatização apenas será definida futuramente, por nós, parlamentares, os únicos legitimados a fazê-lo.

Sob essa perspectiva, considero necessário e urgente (haja vista a data) que esta Comissão vá ao TCU e entenda melhor o seminário proposto.

Sala das reuniões, em \_\_\_\_\_ .

Deputada Federal **Érika Kokay**  
**PT/DF**